

Fórum evita discutir "Projeto"

21 MAR 1991

ESTADO DE SÃO PAULO



Luiz Antônio/AE

Fernando Henrique discursa na reunião do Fórum: novo regimento

BRASÍLIA — Deputados e senadores reunidos ontem no primeiro encontro de trabalho do Fórum do Entendimento Nacional decidiram transformar a iniciativa em um simples fórum de debates entre partidos e a sociedade, reduzindo ao mínimo importância do Projeto de Reconstrução Nacional proposto pelo presidente Fernando Collor. Depois de muita discussão sobre a adoção de um regimento para ordenar os trabalhos e a escolha dos assuntos a serem debatidos, os parlamentares concluíram que o fórum, como estava sendo organizado, acabaria executando as mesmas funções do Legislativo.

“Não examinaremos o ‘Projeto’, mas os problemas do País”, resumiu o líder do PSDB, Fernando Henrique Cardoso (SP). “Não podemos recriar um Congresso paralelo, até porque seria um ato de subversão”, advertiu. O deputado Roberto Cardoso Alves (PTB-SP) fez críticas à iniciativa. “Esse fórum tem tudo que o Congresso tem, menos o caráter oficial da instituição.”

Aloizio Mercadante (PT-SP) pediu a palavra para ler uma lista de 14 itens propostos pelo PT para a discussão do entendimento — entre eles, política salarial, reforma agrária, privatização e dívida externa. Todos os pontos são assuntos já em discussão nas comissões do Legislativo.

Depois de ouvir a exposição de Mercadante, o senador Epitácio Cafeteira (PDC-MA) afirmou que o fórum poderia ser uma “jogada do presidente Collor” para responsabilizar o Legislativo pela falta de soluções para o País. “A partir de hoje, sempre que o governo deixar de fazer alguma coisa, o presidente vai dizer que a culpa é do Congresso”, alertou Cafeteira.

Para evitar que o Legislativo se limite a discussões improdutivas sobre as questões nacionais a reboque do Projeto de Reconstrução Nacional do governo, o senador Fernando Henrique propôs a redação de um novo regimento para o Fórum, o que foi aceito. Ele quer excluir as figuras dos presidentes do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), e da Câmara, Íbsen Pinheiro (PMDB-RS), definindo o fórum como um centro de debates entre os partidos e a sociedade na busca de soluções para o País. “Acho que o fórum deve ser um elo entre o Congresso e a sociedade”, disse ele, sugerindo a questão da reorganização do Estado como primeiro ponto da pauta.

Na opinião do líder do PDT na Câmara, Vivaldo Barbosa (RJ), o mais urgente era evi-

tar que o Fórum compromettesse o Poder Legislativo. “Esse fórum deve ser uma questão das bancadas, com uma agenda nossa para discussão”, afirmou. “Se em algum momento essa agenda coincidir com o ‘Projeto’, então as idéias do governo serão discutidas.” Fernando Henrique concordou com Vivaldo: “Os parlamentares reunidos no fórum não poderiam examinar o projeto como uma proposta legislativa.”

Um dos poucos parlamentares a discordar dos rumos tomados ontem pelo fórum foi o deputado Roberto Campos (PDS-RJ), para quem a discussão do Projeto de Reconstrução Nacional era prioritária nesse momento. “Era a oportunidade que o Congresso tinha para refletir

sobre suas próprias maluquices.”

“PROJETÃO”

O Projeto de Reconstrução Nacional foi anunciado na quinta-feira pelo presidente Collor com o objetivo de abrir um debate nacional sobre os caminhos que o País deve percorrer na busca do desenvolvimento econômico. O projeto — um documento com 77 páginas — define diretrizes e faz um diagnóstico para todas as áreas de ação do governo nos próximos quatro anos. Collor pediu a participação da sociedade na discussão do plano.

Entre as propostas mais importantes estão a reforma fiscal, que pretende aumentar a renda da União e criar o Imposto sobre Grandes Fortunas; reduzir a sonegação, dando ao Fisco acesso às contas bancárias e reformular o Sistema Financeiro da Habitação. Na área administrativa, o “Projeto” defende a redução do tamanho do Estado com maior controle sobre as estatais e facilidades para demitir funcionários públicos. No campo do trabalho, sugere a regularização das centrais sindicais, do contrato coletivo e da participação no lucro das empresas. Propõe ainda a revisão da aposentadoria por tempo de serviço e incentivos para a entrada de capital estrangeiro no País.

Para aprovar as 72 mudanças propostas pelo “Projeto”, no entanto, serão necessários pelo menos 46 projetos de lei, 7 emendas constitucionais e 2 leis complementares. O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, entregou, na segunda-feira, cópia do projeto a todos os partidos para discussão no Congresso.